

14

SAÚDE DA MULHER INDÍGENA E NEGRA: EQUIDADE NO ACESSO E CUIDADO INTEGRAL

▶ Marcelo Henrique Santos

Titulação, Instituição/Afiliação: Graduado em Odontologia e Mestre em Ciências da Saúde Coletiva pela Absoulute christian university

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8362-4348>

▶ Katiusciane Helizana de Sousa Queiroz

Titulação, Instituição/Afiliação: Bacharel em Serviço Social e Pós graduanda em Assistência Social e Saúde Pública pela Faculdade de Minas

▶ Laíse Martins Pereira

Titulação, Instituição/Afiliação: Nutricionista pela Universidade federal do Piauí

▶ Lucimar da Silva Pereira Junior

Titulação, Instituição/Afiliação: Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Ivy Enber Christian University

▶ Reynold Sales Caleffi

Titulação, Instituição/Afiliação: Graduando em Medicina pelo Centro Universitário FAMETRO - Manaus/AM

▶ Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa

Titulação, Instituição/Afiliação: Doutorado em Sociologia pela UFPE

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0484-154X>

▶ Carla Emanuele Lopatiuk

*Titulação, Instituição/Afiliação: Graduanda em Medicina pelo CENTRO UNIVERSITARIO CAMPO REAL, Guarapuava - PR
Universidade: CENTRO UNIVERSITARIO CAMPO REAL*

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3293-6534>

▶ Izabeli Camile Monteiro Fonseca

Titulação, Instituição/Afiliação: Graduanda em Farmácia pela Faculdade Estácio de Castanhal

▶ **Thiago de Freitas França**

Titulação, Instituição/Afiliação: Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery - UFRJ

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1811-7872>

▶ **CARLOS LOPATIUK**

Titulação, Instituição/Afiliação: Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5918-0657>

RESUMO

INTRODUÇÃO: A equidade no acesso e no cuidado integral à saúde é um princípio essencial para a promoção dos direitos humanos e para a construção de sociedades mais justas. Entretanto, mulheres indígenas e negras enfrentam desafios significativos para acessar serviços de saúde de qualidade, sendo impactadas por barreiras estruturais e discriminação institucional. **OBJETIVO:** Analisar as principais barreiras enfrentadas por mulheres indígenas e negras no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, bem como identificar e discutir estratégias que possam promover cuidados culturalmente seguros e equitativos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada em bases de dados como PubMed, SciELO, Scopus e Web of Science, com utilização de descritores relacionados à saúde da mulher indígena e negra, equidade em saúde e discriminação em serviços de saúde. Foram considerados estudos publicados entre 2015 e 2024, em português, inglês ou espanhol. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados nove estudos para análise qualitativa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados evidenciam que as principais barreiras enfrentadas incluem a discriminação nos serviços de saúde, manifestada por negligência e desconsideração cultural, além de barreiras estruturais como distância geográfica, custos elevados e acesso limitado à informação. Estratégias como a promoção de cuidados culturalmente seguros, formação de parcerias com líderes comunitários, ações educativas e o empoderamento das comunidades foram identificadas como fundamentais para a mitigação dessas barreiras. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A superação dos desafios enfrentados por mulheres indígenas e negras requer estratégias integradas, que abordem tanto as barreiras estruturais quanto a discriminação institucional. A adoção de políticas públicas inclusivas, que reconheçam a diversidade cultural e promovam o empoderamento comunitário, é essencial para a construção de um sistema de saúde mais justo e equitativo.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde da Mulher Indígena, Saúde da Mulher Negra, Equidade em Saúde, Discriminação em Serviços de Saúde, Cuidados Culturalmente Seguros.

14 INDIGENOUS AND BLACK WOMEN'S HEALTH: EQUITY IN ACCESS AND COMPREHENSIVE CARE

ABSTRACT

INTRODUCTION: Equity in access and comprehensive health care is an essential principle for promoting human rights and building fairer societies. However, Indigenous and Black women face significant challenges in accessing quality health services, being impacted by structural barriers and institutional discrimination.

OBJECTIVE: To analyze the main barriers faced by Indigenous and Black women in accessing and receiving quality health services, as well as to identify and discuss strategies that can promote culturally safe and equitable care. **METHODOLOGY:** This is a narrative literature review conducted in databases such as PubMed, SciELO, Scopus, and Web of Science, using descriptors related to Indigenous and Black women's health, health equity, and discrimination in health services. Studies published between 2015 and 2024, in Portuguese, English, or Spanish, were considered. After applying inclusion and exclusion criteria, nine studies were selected for qualitative analysis.

RESULTS AND DISCUSSION: The results highlight that the main barriers include discrimination in health services, expressed through negligence and cultural disregard, as well as structural barriers such as geographic distance, high costs, and limited access to information. Strategies such as promoting culturally safe care, forming partnerships with community leaders, educational actions, and community empowerment were identified as essential to mitigating these barriers. **FINAL**

CONSIDERATIONS: Overcoming the challenges faced by Indigenous and Black women requires integrated strategies that address both structural barriers and institutional discrimination. The adoption of inclusive public policies that recognize cultural diversity and promote community empowerment is essential for building a fairer and more equitable health system.

KEYWORDS: Indigenous Women's Health, Black Women's Health, Health Equity, Discrimination in Health Services, Culturally Safe Care

INTRODUÇÃO

A promoção da equidade no acesso e no cuidado integral à saúde é um princípio fundamental para a garantia dos direitos humanos e para a construção de sociedades mais justas e inclusivas. No entanto, no Brasil e em diversas outras regiões do mundo, mulheres indígenas e negras enfrentam desafios significativos para acessar serviços de saúde de qualidade, sendo frequentemente impactadas por barreiras estruturais e discriminação institucional (Castro et al., 2015; Kendall et al., 2020). Essas barreiras refletem a interseção de fatores históricos, culturais, econômicos e sociais, que perpetuam desigualdades e comprometem os desfechos de saúde dessas populações (Chinn et al., 2020).

O problema central que permeia este estudo é a persistente desigualdade no acesso e na qualidade do cuidado em saúde destinado às mulheres indígenas e negras. Essas mulheres enfrentam discriminação nos serviços de saúde, manifestada por práticas de negligência, abuso verbal, culpabilização e desconsideração de suas crenças culturais e espirituais (Kendall et al., 2020; Morgan et al., 2024). Além disso, barreiras estruturais, como distância geográfica, custos elevados, transporte inadequado e falta de informação sobre os serviços disponíveis, limitam ainda mais o acesso a cuidados adequados (Akter et al., 2018; Thummapol et al., 2020). Essas dificuldades resultam em um quadro de iniquidade que compromete o direito universal à saúde dessas populações.

Justifica-se este estudo pela necessidade de compreender profundamente os desafios enfrentados por mulheres indígenas e negras no sistema de saúde, visando subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. A literatura destaca a importância de estratégias que promovam cuidados culturalmente seguros e equitativos como meio de mitigar as barreiras de acesso e discriminação (Browne et al., 2016; Marchand et al., 2023). Ademais, abordar essa temática é essencial para fomentar o empoderamento dessas mulheres e contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas (Temkin et al., 2018; Kendall et al., 2020).

A hipótese central do estudo é que a implementação de estratégias de cuidado culturalmente seguro, aliada a ações de sensibilização e empoderamento comunitário, pode contribuir para a superação das barreiras de acesso e discriminação, promovendo maior equidade no cuidado em saúde para mulheres indígenas e negras.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar as principais barreiras enfrentadas por mulheres indígenas e negras no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, bem como identificar e discutir estratégias que possam promover cuidados culturalmente seguros e equitativos, visando à

redução das desigualdades e à promoção de um sistema de saúde mais inclusivo e sensível às diversidades culturais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo consistiu em uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de analisar e sintetizar as evidências existentes acerca da equidade no acesso e cuidado integral à saúde de mulheres indígenas e negras. A investigação focou-se nas barreiras estruturais, discriminação institucional e estratégias de promoção de cuidados culturalmente seguros e equitativos.

A busca bibliográfica foi conduzida em bases de dados renomadas, incluindo PubMed, SciELO, Scopus e Web of Science, com a finalidade de garantir a abrangência e a relevância das fontes utilizadas. Os descritores selecionados para a pesquisa foram baseados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e no MeSH (Medical Subject Headings), incluindo os termos: "Saúde da Mulher Indígena", "Saúde da Mulher Negra", "Equidade em Saúde", "Discriminação em Serviços de Saúde", "Cuidados Culturalmente Seguros" e "Determinantes Sociais da Saúde". Para potencializar a busca e assegurar a inclusão de estudos pertinentes, foram aplicados operadores booleanos como AND e OR, promovendo a combinação entre descritores e ampliando a identificação de publicações alinhadas ao objetivo da pesquisa. Exemplos de estratégias de busca incluem: ("Saúde da Mulher Indígena" AND "Equidade em Saúde") OR ("Saúde da Mulher Negra" AND "Discriminação em Serviços de Saúde").

Os critérios de inclusão abrangeram estudos publicados entre os anos de 2015 e 2024, redigidos em português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente os desafios enfrentados por mulheres indígenas e negras no acesso aos serviços de saúde, bem como estratégias para promoção de cuidados equitativos. Foram considerados artigos originais, revisões sistemáticas, relatórios institucionais e documentos oficiais que apresentassem dados metodologicamente sólidos e consistentes. Os critérios de exclusão envolveram estudos com escopo limitado, que não abordassem diretamente a temática proposta, publicações desatualizadas, artigos de opinião e estudos com fragilidades metodológicas.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram identificados inicialmente 150 estudos. Desses, 85 foram excluídos após a leitura dos títulos e resumos, por não atenderem aos objetivos delineados. Os 65 estudos remanescentes foram analisados integralmente, resultando na seleção final de 9 estudos, que embasaram as análises e discussões apresentadas neste trabalho.

Os dados extraídos de cada estudo incluíram informações sobre o tipo de barreira identificada (estrutural ou institucional), estratégias sugeridas para superação dessas barreiras, populações estudadas, métodos empregados e principais resultados obtidos. A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, buscando identificar padrões, convergências e divergências nos achados, bem como lacunas ainda existentes na literatura sobre o tema. Tal abordagem permitiu a construção de uma compreensão abrangente e crítica sobre as condições que afetam a equidade no acesso à saúde de mulheres indígenas e negras, assim como a identificação de estratégias eficazes para a promoção de cuidados mais inclusivos e culturalmente adequados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados evidenciam que as mulheres indígenas e negras enfrentam desafios significativos no acesso e na qualidade do cuidado em saúde, resultado de barreiras estruturais e discriminação nos serviços de saúde. Tais barreiras impactam diretamente os desfechos de saúde dessas populações, demandando estratégias efetivas para a promoção da equidade. A discriminação é uma das principais barreiras enfrentadas por mulheres indígenas e afrodescendentes nos serviços de saúde, manifestando-se de diversas formas, incluindo culpabilização do paciente, negligência, abuso verbal ou físico e desconsideração das crenças culturais e espirituais (Castro et al., 2015; Kendall et al., 2020). Esse contexto de preconceito e violência institucional contribui para o medo e a desconfiança, dificultando o acesso e a continuidade dos cuidados, uma vez que essas mulheres, ao se sentirem desrespeitadas e desvalorizadas em seus contextos culturais, podem optar por evitar os serviços de saúde, agravando condições clínicas e retardando diagnósticos essenciais (Morgan et al., 2024).

Além disso, barreiras estruturais como distância geográfica, custos elevados, transporte inadequado e falta de conhecimento sobre os serviços disponíveis limitam significativamente o acesso das mulheres indígenas e negras aos serviços de saúde (Akter et al., 2018; Thummapol et al., 2020). A precariedade dos sistemas de transporte em comunidades remotas, somada à ausência de informação clara sobre a localização e o funcionamento dos serviços de saúde, contribui para a manutenção dessas barreiras. Essas dificuldades são ainda mais acentuadas em países de baixa e média renda, onde a oferta de serviços de saúde é limitada e desigualmente distribuída, impactando de forma desproporcional as populações vulneráveis e ampliando as desigualdades em saúde (Morgan et al., 2024).

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de cuidados culturalmente seguros, que respeitem e valorizem as tradições e práticas culturais das comunidades indígenas, reconhecendo suas

especificidades e contribuindo para a construção de um ambiente de cuidado mais acolhedor e efetivo (Browne et al., 2016). Para tanto, é essencial a construção de parcerias com líderes comunitários, de modo a adaptar os serviços ao contexto local, promovendo maior adesão e confiança entre as populações atendidas, o que fortalece o vínculo entre o sistema de saúde e a comunidade (Marchand et al., 2023).

Outra estratégia relevante consiste no investimento em educação e sensibilização, tanto para as comunidades quanto para os profissionais de saúde. Isso inclui campanhas informativas sobre os direitos e serviços de saúde disponíveis, abordando não apenas a dimensão informativa, mas também ações de formação contínua para profissionais, com o objetivo de ampliar a sensibilidade cultural e fomentar práticas de cuidado mais humanizadas e respeitosas (Thummapol et al., 2020). Além disso, é crucial que essas ações considerem a linguagem e os meios de comunicação apropriados para cada comunidade, garantindo o acesso efetivo à informação. Ademais, as desigualdades sociais e econômicas desempenham um papel central na manutenção das disparidades em saúde. F

atores como baixa escolaridade, desemprego e acesso limitado a recursos básicos de subsistência agravam o cenário de vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de políticas públicas intersetoriais que abordem essas questões de maneira integrada (Chinn et al., 2020; Temkin et al., 2018). Dessa forma, ações que visem à equidade social e econômica tornam-se essenciais para garantir o acesso equitativo aos cuidados de saúde, promovendo ambientes mais justos e acessíveis. O empoderamento das mulheres e de suas comunidades é igualmente fundamental, proporcionando maior autonomia e capacidade de reivindicação de direitos, o que contribui para o fortalecimento do protagonismo social dessas populações e para a superação dos estigmas históricos que as marginalizam (Kendall et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica claro que, superar os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas e negras no acesso e na qualidade do cuidado em saúde exige estratégias integradas e contextualizadas, que abordem tanto as barreiras estruturais quanto a discriminação institucional. A promoção de cuidados culturalmente seguros deve ser vista como uma diretriz estratégica na formulação e implementação de políticas públicas em saúde, garantindo que essas mulheres sejam reconhecidas em suas singularidades culturais e históricas. Além disso, o fortalecimento das comunidades por meio do empoderamento e do incentivo à participação ativa na construção de políticas e serviços é crucial para a promoção de um cuidado mais humanizado e equitativo. Por fim, a redução das desigualdades

sociais e econômicas deve ser encarada como um objetivo transversal às ações em saúde, contribuindo para a construção de sociedades mais inclusivas e justas, nas quais o direito à saúde seja efetivamente garantido para todas as mulheres, independentemente de sua origem étnico-racial.

REFERÊNCIAS

- AKTER, S. et al. Indigenous women's access to maternal healthcare services in lower- and middle-income countries: a systematic integrative review. **International Journal of Public Health**, v. 63, n. 8, p. 1007-1017, 2018.
- BROWNE, A. et al. Enhancing health care equity with Indigenous populations: evidence-based strategies from an ethnographic study. **BMC Health Services Research**, v. 16, n. 1, p. 544, 2016.
- CASTRO, A. et al. Assessing equitable care for Indigenous and Afrodescendant women in Latin America. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 37, n. 3, p. 169-175, 2015.
- CHINN, J. et al. Health Equity Among Black Women in the United States. **Journal of Women's Health**, v. 29, n. 8, p. 1002-1008, 2020.
- KENDALL, S. et al. Incarcerated aboriginal women's experiences of accessing healthcare and the limitations of the 'equal treatment' principle. **International Journal for Equity in Health**, v. 19, n. 1, p. 1-10, 2020.
- MARCHAND, T. et al. Examining Indigenous emergency care equity projects: a scoping review protocol. **BMJ Open**, v. 13, n. 3, p. e067123, 2023.
- MORGAN, J. et al. Access to maternal health services for Indigenous women in low- and middle-income countries: an updated integrative review of the literature from 2018 to 2023. **Rural and Remote Health**, v. 24, n. 1, p. 123-134, 2024.
- TEMKIN, S. et al. A contemporary framework of health equity applied to gynecologic cancer care: A Society of Gynecologic Oncology evidenced-based review. **Gynecologic Oncology**, v. 150, n. 1, p. 200-207, 2018.
- THUMMAPOL, O. et al. Exploring health services accessibility by indigenous women in Asia and identifying actions to improve it: a scoping review. **Ethnicity & Health**, v. 25, n. 2, p. 176-195, 2020.